

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 761 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1998

Congresso aprova quatro medidas do ajuste fiscal

MPs disciplinam depósitos judiciais, venda de imóveis do INSS, base de cálculo das contribuições para o PIS e o sistema de defesa jurídica da União

O Congresso Nacional aprovou ontem quatro medidas provisórias relacionadas ao programa de ajuste fiscal. Uma delas prevê que a Caixa Econômica Federal repassará à conta única do Tesouro Nacional os depósitos judiciais e extrajudiciais de valores referentes a tributos e con-

tribuições federais. Outra estabelece critérios para a venda de imóveis do INSS.

Uma terceira MP altera a base de cálculo das contribuições para o PIS e a quarta vincula os órgãos jurídicos das fundações e autarquias à supervisão do advogado-geral da União.

PÁGINAS 3 E 4

Presidido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, o Congresso Nacional inicia a votação das 12 medidas que integram o programa de ajuste fiscal



CCJ



A CCJ aprovou ontem extensa pauta de matérias, entre elas a criação de um subsistema de saúde para as comunidades indígenas

CCJ quer criar subsistema de saúde para índios

A criação de um subsistema de saúde voltado para as comunidades indígenas e vinculado ao SUS foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PÁGINA 5

Centrais vão debater fim da unicidade sindical

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania convidará as centrais sindicais e o ministro do Trabalho para debater a proposta que permite criar mais de um sindicato por categoria na mesma região.

PÁGINA 6

REFORMA POLÍTICA

Tesouro poderá financiar campanhas

PÁGINA 8

Bolsas escolhem ACM como "Personalidade do Ano"



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, receberá o título de "Personalidade do Ano", concedido pelos operadores do mercado de ações. Ele foi informado sobre a decisão durante visita que lhe fez ontem comissão liderada pelo presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Alfredo Rizkallah.

PÁGINA 2

CAS

Serra irá falar sobre cortes em sua pasta

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou requerimento apresentado por seu presidente, senador Ademir Andrade (PSB-PA), convidando o ministro José Serra a esclarecer os cortes orçamentários na área da saúde.

PÁGINA 7

Benedita destaca papel de artistas negros

“Homenagear a cultura é, antes de tudo, um ato de elevação de nossa auto-estima e de afirmação de nossa identidade. Com esse espírito, quero louvar todos aqueles que contribuíram para a formação da cultura brasileira.” Foi o que afirmou a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao registrar a contribuição do negro à cultura nacional por meio da música, da cozinha, da religiosidade, da língua e da dança. A senadora lamentou a perda, neste ano, “de três expoentes da arte negra brasileira”: os cantores Tim Maia e Jovelina Pérola Negra e a atriz Jacira Sampaio, que fez o papel de Tia Nastácia, “ajudando a imortalizar o *Sítio do Pica-Pau-Amarelo*”.

FOLCLORE

Após destacar que, “desde tempos imemoriais”, foi imposto aos brasileiros o conceito de que cultura era o que tinha lugar nos ambientes refinados e que tudo o que se desse nas ruas era folclore, Benedita da Silva sustentou que, para a grande maioria dos brasileiros, está claro que a cultura brasileira reside muito mais no samba do que na valsa e que o grande “e insuperável” espetáculo é o carnaval de rua, e não a ópera.

– O samba teria origem nas danças de matrimônio angolanas, a quizomba; a congada, nas cerimônias de coroação do Congo; o iorubá, usado nos cultos de origem africana, era falado pelos bantos; aos bantos também se podem creditar o reisado e o maracatu; nossas festas de rua não têm outra fonte senão as manifestações dos primeiros negros habitantes destas terras – explicou a senadora.

Mercado acionário elege ACM “Personalidade do Ano”

A escolha foi comunicada ontem a Antonio Carlos Magalhães pelo presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Alfredo Rizkallah

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi eleito “Personalidade do Ano” pelos operadores do mercado acionário brasileiro. A escolha foi formalmente comunicada ontem ao senador pelo presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Alfredo Rizkallah, que, em companhia de uma comissão de representantes do setor, visitou Antonio Carlos para agendar a solenidade de entrega do título, prevista para o próximo dia 30, na

Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) de São Paulo.

A escolha foi um processo coordenado pelas bolsas de valores de São Paulo e do Rio de Janeiro, juntamente com a BM&F, segundo ofício entregue por Rizkallah ao senador Antonio Car-

los Magalhães. O presidente da Bovespa revelou que a comissão de representantes do mercado acionário aproveitou a oportunidade do encontro “e

possam ser corrigidos a partir da implantação rápida de uma ampla reforma tributária – destacou Rizkallah.

ANATEL



Antonio Carlos recebeu em seu gabinete o presidente da Anatel, Renato Guerreiro, e o vice-secretário-geral da UIT, Roberto Blois

a representatividade do presidente do Senado” para pedir urgência no debate e votação das medidas do ajuste fiscal.

– Aumentos de impostos como a Cofins e a CPMF são sacrifícios necessários e temporários, que esperamos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro. Em companhia do recém-eleito vice-secretário-geral da União Internacional de Telecomunicações (UIT), Roberto Blois, o presidente da Anatel agradeceu a Antonio Carlos “a rapidez do Congresso Nacional na apreciação dos atos finais para adesão do Brasil à UIT”. Graças a isso, analisou Guerreiro, o país teve condições de apresentar um candidato, vitorioso, à vice-secretaria geral da entidade.



Ernandes Amorim classificou de “inviável” a reeleição sem desincompatibilização

Ernandes Amorim critica reeleição

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou o instituto da reeleição e anunciou estar recolhendo assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, que obriga o presidente da República, governadores e prefeitos a deixarem os cargos para candidatar-se à reeleição. “A primeira experiência demonstrou que o processo eleitoral com o candidato disputando a reeleição no exercício do cargo é inviável”, afirmou.

Amorim lembrou que a expressão “e concorrer no exercício do cargo” foi retirada do parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição, que trata da reeleição. Isso levou muitos analistas e alguns juristas a entender que aqueles que se candidatassem à reeleição deveriam afastar-se de seus cargos. “Tal hermenêutica é reforçada, para alguns, pelo fato de o dispositivo constitucional subsequente, o parágrafo 6º do mesmo artigo 14, permanecer inalterado, determinando que, “para concorrer a outros cargos, o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito”, explicou Amorim.

O senador lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que, em se tratando de direitos políticos, as limitações devem ser interpretadas restritivamente e nunca ampliativamente. De acordo com Amorim, o STF concluiu que não consta expressamente do texto constitucional a proibição de que os governantes permaneçam no cargo ao candidatar-se à reeleição. “Está claro que não podemos repetir esse erro nas próximas eleições; temos que evitar que o processo eleitoral traga tantos prejuízos ao erário público e à sociedade”, disse o senador.

Ronaldo vê risco de tragédia na Paraíba

“Convoquei Campina para gritar pedindo água. Convoco, agora, a Paraíba a se unir para não morrer de sede.” O aviso é do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ao alertar para o risco de uma tragédia, caso a seca perdure em seu estado. Ele disse que quase toda a Paraíba está ameaçada de morrer de sede.

Mencionando relatório do engenheiro João Ferreira Filho, segundo o qual mais de 60% dos açudes da Paraíba já secaram ou estão secando, devendo em breve restar apenas três mananciais com capacidade de atender à demanda, Ronaldo Cunha Lima disse: “Queira Deus que as previsões técnicas não se confirmem e que as chuvas cheguem logo, e o

suficiente para reabastecer os reservatórios ameaçados”.

O senador voltou a defender a necessidade de transposição das águas do rio São Francisco, dizendo que faz um século que isso é prometido, e que tem certeza de que o presidente Fernando Henrique Cardoso realizará essa obra. “A transposição nos parece ainda a melhor solução, porque é definitiva, viável e racional. E não é cara”, afirmou.

Conforme Ronaldo Cunha Lima, há projetos e recursos para a realização dessa obra, faltando só a vontade política de realizá-la. Ele também referiu-se a inventário hidrogeológico do Nordeste, segundo o qual debaixo do chão do Semi-Árido existem 3 milhões



Ronaldo disse que a Paraíba está ameaçada de “morrer de sede” por causa da seca prolongada

de metros cúbicos de água – cerca de mil vezes o volume da Baía de Guanabara. Mas alertou para o fato de que o problema da seca é grave e urgente.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Benedita condena corte em verbas para educação

Ajuste Fiscal

“O governo nos enviou o pacote da maldade fiscal”, afirmou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ), durante sessão do Congresso Nacional. Benedita acrescentou que, ao baixar essas medidas, o presidente Fernando Henrique Cardoso está perdendo credibilidade porque elas atingem até promessas de campanha eleitoral como a de incentivar emprego e investimentos.

Para Benedita, a decisão de colocar 40% dos cortes na área social vai aumentar ainda mais as carências do povo brasileiro. “Não é possível aceitar redução de verbas na educação, quando o Brasil gasta somente US\$ 260 por aluno ao ano, enquanto os Estados Unidos gastam US\$ 4.000. O governo importa tanta coisa de lá, bem po-

deria imitar a ênfase norte-americana na educação”, destacou.

A senadora frisou que, em seu estado, o Rio de Janeiro, os índices de desemprego são alarmantes, por isso a recessão que se avizinha assusta. “O estado perdeu 87% dos investimentos previstos para a modernização do Porto de Sepetiba e, com eles, os empregos que poderiam ser criados”, afirmou.

Segundo Benedita, o governo não consultou a sociedade ao contrair uma dívida interna e externa tão alta.

“Agora estamos sendo chamados a pagar. FHC tem obrigação de tirar o Brasil dessas dificuldades, porque ganhou as eleições posando de ‘salvador da pátria’. Precisamos convocar os integrantes da equipe econômica para explicações, antes de apreciar essas medidas”, concluiu.



Benedita acusa governo de “maldade fiscal”

Lobão lembra que a crise econômica é internacional

“A crise é internacional, o Brasil foi arastado por ela”, afirmou o senador Edson Lobão (PFL-MA), rebatendo críticas ao governo formuladas pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), na sessão do Congresso de ontem. “O presidente Fernando Henrique Cardoso tem coragem e competência para fazer o que é melhor para tirar o país da crise, com o menor custo possível”, defendeu.

Lobão assegurou não ser daqueles que prefeririam que não houvesse oposição no país. “Ao contrário, quero uma oposição forte, mas com equilíbrio, não fazendo cobrança simplesmente por cobrar. Se es-

tivesse no governo alguém do PT ou do PDT, estaria tomando medidas semelhantes porque o ajuste fiscal é indispensável para a saúde financeira do país”, enfatizou.

O senador maranhense garantiu que a equipe econômica está à disposição dos parlamentares para vir ao Congresso prestar os esclarecimentos que forem solicitados sobre a necessidade das medidas. “O presidente está fazendo o que deve, terminando o seu primeiro mandato. Não é possível que a oposição já se

apresse a cobrar providências sobre promessas da segunda campanha eleitoral”, disse Lobão.



Lobão elogiou “coragem” do governo

Djalma Bessa vê Brasil como vítima da conjuntura externa

“O Brasil não é réu nesta crise financeira, ele é vítima da conjuntura internacional”, afirmou ontem o senador Djalma Bessa (PFL-BA), garantindo não ser possível apelar para a mágica na solução de problemas econômicos e financeiros. “O presidente Fernando Henrique Cardoso é competente, mas não é milagreiro.”

Para Bessa, a oposição não está cumprindo seu papel. “As críticas precisam ser acompanhadas de sugestões ou alternativas, mas isso não vem acontecendo. A verdade é que, para curar um mal doloroso, é preciso tomar remédios também dolorosos”, adver-



Bessa diz que não há mágica na economia

tiu. O senador pela Bahia citou como exemplo a necessidade de o governo enviar uma segunda proposta de Orçamento para 1999. “O governo errou? Não, foi o mundo que mudou. É preciso reconhecer que os recursos disponíveis diminuíram; essa é uma dificuldade concreta que não pode ser afastada com simples retórica. Até mesmo países desenvolvidos como o Japão, com um PIB de trilhões de dólares, estão sofrendo conseqüências dessa crise que é universal”, afirmou Djalma Bessa.

Depósitos judiciais vão para conta única do Tesouro

Medida provisória aprovada ontem pelo Congresso Nacional prevê repasse de recursos referentes a tributos e contribuições federais

O Congresso Nacional aprovou ontem a Medida Provisória 1.721, que estabelece o repasse pela Caixa Econômica Federal para a conta única do Tesouro Nacional dos depósitos judiciais e extrajudiciais de valores referentes a tributos e contribuições federais, independentemente de qualquer formalidade. A matéria agora vai à promulgação.

Ao defender a aprovação da medida provisória, editada em 28 do mês passado, o relator Jäder Barbalho (PMDB-PA) disse que a matéria consiste em providências meramente administra-

tivas, ao estabelecer o repasse para a conta única do Tesouro. “Em nenhum instante, a MP fere o direito do contribuinte ou limita o direito de propriedade”, argumentou o parlamentar, defendendo o mérito e a constitucionalidade da iniciativa.

Alguns deputados contestaram a legitimidade da MP, alegando que o produto dos depósitos judiciais não é dinheiro público, mas de particulares. O deputado Agnelo Queiroz (PCdoB-DF) afirmou que o repasse desse dinheiro para a conta única do Tesouro Nacional caracterizaria confisco, “visto que

o governo não pode imiscuir-se na administração da Justiça”. Já o deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP) disse que existe no momento cerca de R\$ 30 bilhões em depósitos judiciais, em todo o país, e que agora o governo vai lançar mão desses recursos.

A MP votada determina que os depósitos judiciais e extrajudiciais, inclusive seus acessórios, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, serão efetuados na Caixa Econômica Federal e dali repassados para a conta única do Tesouro. Incluem-se nessa situação os débi-

tos provenientes de tributos e contribuições inscritos na Dívida Ativa da União.

Também ficou decidido que, após o encerramento do processo litigioso, o valor do depósito será devolvido ao depositante pela CEF, em 24 horas, quando a sentença lhe for favorável ou na proporção em que o for, acrescido de juros. A CEF manterá controle dos valores depositados ou devolvidos. Essas novas normas valerão para os depósitos efetuados a partir de 1º de dezembro de 1998, diz ainda o texto da MP.



O senador Jäder Barbalho (detalhe) afirmou, durante sessão do Congresso, que “em nenhum instante” MP fere direito do contribuinte

Congresso muda base de cálculo da contribuição de pessoas jurídicas ao PIS

Foi aprovada ontem pelo Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.674/98, que altera a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) devida por pessoas jurídicas. A MP, que já havia sido reeditada 57 vezes, foi aprovada pela Câmara dos Deputados com 244 votos favoráveis, 91 contrários e cinco abstenções. No Senado, a MP recebeu 49 votos favoráveis, 14 contrários e uma abstenção.

De acordo com a MP, empresas do mercado financeiro – bancos, seguros privados, previdência privada, capitalização – podem deduzir do cálculo da contribuição para o PIS determinadas operações que compõem a receita bruta operacional mensal, como variações de ativos e do valor do patrimônio líquido, desde que não representem ingresso de novas receitas.

No caso de bancos e outras empre-

sas e cooperativas de crédito, poderão ser excluídas despesas de captação em operações no mercado interfinanceiro; encargos com obrigações por refinanciamentos, empréstimos e repasses de recursos de órgãos e instituições oficiais; despesas de câmbio; despesas de arrendamento mercantil e despesas de operações especiais por conta e ordem do Tesouro Nacional. Neste cálculo não podem ser deduzidos prejuízos, despesas de cessão de créditos e qualquer despesa administrativa

Para efeito de cobrança da contribuição sindical rural, a medida provisória também define o que é um trabalhador rural e o que é um empregador rural. No caso do trabalhador rural, é “a pessoa física que presta serviço a empregador rural mediante remuneração de qualquer espécie” e “quem, proprietário ou não, trabalhe individual-

mente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com ajuda eventual de terceiros”.

O empresário ou empregador rural, de acordo com a MP, é “a pessoa física ou jurídica que, tendo empregado, empreende, a qualquer título, atividade econômica rural; quem, proprietário ou não, e mesmo sem empregado, em regime de economia familiar, explore imóvel rural que lhe absorva toda a força de trabalho e lhe garanta a subsistência e progresso social e econômico em área superior a dois módulos rurais da respectiva região; os proprietários de mais de um imóvel rural, desde que a soma de suas áreas seja superior a dois módulos rurais da respectiva região”.

MP aprovada autoriza a venda de imóveis do INSS

Texto acolhido ontem pelo Congresso estabelece critérios especiais para que o instituto venda 80% de suas quase 6 mil propriedades

O Congresso Nacional aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 1.707-4 que estabelece critérios especiais para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vender imóveis de sua propriedade, a preços de mercado, aos atuais ocupantes. Modificação introduzida na última edição da MP possibilita essa regularização, ao permitir que esses contratos sejam feitos fora do regime da Lei 8.666/93, a Lei das Licitações.

Artigo nesse sentido foi acrescentado à MP, de acordo com a justificativa do governo, porque 80% de seis mil imóveis da autarquia encontram pendências de escrituração, o que torna impossível sua transferência a terceiros. Eles estão ocupados por possuidores que obtiveram os bens por invasão, sublocação ou repasse informal pelos locatários originais.



Ajuste Fiscal

Líder do governo, José Roberto Arruda, conversa com o presidente do Congresso



A MP determina que o INSS fará o cadastramento dos ocupantes dos imóveis. Terão direito de preferência para a aquisição aqueles que, comprovadamente, já ocupavam o imóvel em 31/12/1996. A venda poderá ser parcelada com entrada de, no mínimo, 10% do valor total. As prestações mensais, que não podem exceder a 120, devem ser de um valor mínimo de R\$ 200,00. Os imóveis poderão ser financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH), pelo Sistema Financeiro Imobiliário (SFI) ou qualquer outra linha de crédito. Os compradores tam-

bém poderão utilizar os saldos de contas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Os imóveis cedidos a estados, municípios e ao DF também poderão ser alienados. A prestação, porém, terá de ser automaticamente descontada do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Estados com dívida com a União ficam proibidos de receber transferências desses fundos. A MP proíbe ainda a outorga, a qualquer título, de concessão de direito de uso dos imóveis do INSS.

Advocacia-Geral coordena procuradorias

Os órgãos jurídicos das fundações e autarquias federais estarão sujeitos à orientação e supervisão do advogado-geral da União. É o que determina a Medida Provisória nº 1.722 aprovada ontem pelo Congresso Nacional. Pelo texto da MP, o advogado-geral poderá recomendar a alteração da tese jurídica sustentada pelos procuradores e ele subordinados para adequá-la à jurisprudência dos tribunais superiores. A decisão confere caráter normativo à

orientação do advogado-geral.

Parecer do deputado Cláudio Cajado (PFL-BA) ressaltou que a MP aperfeiçoa o sistema de defesa da União, fazendo com que os advogados a ela ligados "atuem com coerência e uniformidade". Pela oposição, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP) apontou vícios de constitucionalidade na matéria. Ele afirmou que a Constituição federal estabelece que a Advocacia-Geral da União seja regulada por

meio de lei complementar. Além disso, o deputado paulista acusou a medida de violar o preceito ético da profissão de advogado que garante a liberdade de ação.

Discutida a matéria, foi pedida verificação de *quorum* na Câmara dos Deputados. A MP foi posta em votação nominal, resultando em sua aprovação com 260 votos a favor e 108 contrários. O Senado também aprovou a proposta que segue agora para promulgação.

Ademir pede nomes para CPI das Pesquisas

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ontem aos líderes partidários no Congresso Nacional que apresentem os nomes para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a investigar a atuação dos institutos de pesquisa. O senador espera que a CPI seja instalada ainda esta semana.

O requerimento de criação da comissão foi apresentado no Senado por Ademir Andrade no último dia 3, com as assinaturas de 31 senadores e 188 deputados.

Na ocasião, o senador paraense exortou o Parlamento a coibir "a burla ao povo", que teria sido cometida, segundo ele, pelo Ibope.

— Conclamo os senadores a trabalharem com agilidade para que possamos punir, com presteza, aqueles que cometeram crime, falseando a vontade do povo, posteriormente expressa nas urnas — disse o senador.

Comissão ouvirá general sobre denúncia de "grampo"

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) deverá se reunir brevemente para analisar requerimento de convocação do ministro-chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Cardoso, para esclarecer investigações conduzidas pela Agência Brasileira de Inteligência sobre conversas gravadas de autoridades do governo federal mediante "grampo".

A informação foi dada ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento. Ele havia acertado com o presidente da CFC, senador João Rocha (PFL-TO), a data da reunião para a próxima quarta-feira (dia 18), à tarde.

Entretanto, como o Congresso se reunirá na mesma data, Suplicy se comprometeu a agendar nova data junto à presidência da comissão. O requerimento do senador paulista foi apresentado na sessão do Senado da última terça-feira e inclui, ainda, informações so-



Suplicy vai anunciar nova data para ouvir o ministro da Casa Militar

bre documentos que apontariam a existência de uma empresa nas Ilhas Cayman, de propriedade do presidente Fernando Henrique Cardoso, em sociedade com o governador de São Paulo, Mário Covas, o ministro da Saúde, José Serra, e o falecido ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

Reunião da CAE analisa empréstimo para o Ceará

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), reúne-se extraordinariamente hoje, às 10h, para apreciar mensagem enviada pela Caixa Econômica Federal solicitando autorização para incluir operação de crédito no valor de R\$ 24 milhões, já firmada entre



Pedro Piva preside hoje a reunião da CAE, às 10h

o estado do Ceará e aquela instituição, como parte do refinanciamento da dívida do estado já aprovado pelo Senado. A matéria tem parecer favorável do senador Gilberto Miranda (PFL-AM).

Na pauta da CAE consta também pedido de operação de crédito do

estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 311,9 milhões, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

O relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), apresentou parecer favorável. Além desses dois itens, a comissão irá votar, em caráter terminati-

vo, projeto de lei de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que determina sobre a legislação da Zona Franca de Manaus.

A matéria foi relatada pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que apresentou parecer favorável nos termos do substitutivo que apresenta.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 10h30 - Recebe o governador Eduardo Azeredo
▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); *PDL nº 135/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Pousada do Rio Quente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caldas Novas-GO; *PDL nº 138/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Empresa Porto-alegrense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Porto Alegre-RS; *PDL nº 140/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cultura de Ilhéus Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ilhéus-BA; *Projeto de Resolução nº 98/98, que autoriza o estado de Rondônia a realizar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no montante de R\$ 57,1 milhões, a preços de R\$ 28.2/97; Projeto de Resolução nº 99/98, que autoriza o estado do Maranhão a contratar operação de refinanciamento de dívidas do estado, consubstanciada no contrato de confissão, assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União em 22.1.98, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de R\$ 244,3 milhões; primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 15/98, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal); *Requerimento nº 533/98, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 99, 218, 291/95 e 63/98 - Complementares, por versarem sobre a designação de membros da diretoria do Banco Central do Brasil; *Parecer nº 527/98, sobre o Requerimento nº 771/96, do senador Lúcio Alcântara, formulando consulta ao plenário com vistas a obter orientação referente aos projetos de lei autorizativa; e *Projeto de Resolução nº 23/97, em que o senador Lúcio Alcântara solicita que seja dado o nome de "Sala Senador Visconde de Cairu" à sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos.

COMISSÕES

▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: *PLS nº 160/98, que dá nova redação ao parágrafo 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, alterado pela Lei nº 8.397/91; *Ofício "S" nº 76/98, informando ao Senado Federal que a CEF solicita autorização para incluir a operação firmada entre o estado do Ceará e aquela instituição, no valor de R\$ 24 milhões, ao contrato de confissão, assunção e refinanciamento de dívidas, celebrado entre o estado e a União; e *Ofício "S" nº 82/98, que encaminha ao Senado Federal parecer do Banco Central do Brasil a respeito de solicitação do estado de Santa Catarina, acerca da operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito celebrado em 31 de março de 1998, entre a União e o estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 311,907 milhões, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro daquele estado, no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal dos Estados.

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

▶ Sexta-feira - (13.11.98)
▶ 9h - Sessão não deliberativa

Índios podem ter seu subsistema de saúde

Objetivo da proposta, aprovada pela Comissão de Justiça, é eliminar desperdícios e paralelismos no atendimento aos povos indígenas, sem criar organismo ou entidade, nem gerar despesas adicionais para o governo federal

Na reunião de ontem, a CCJ aprovou diversas matérias, entre elas o refinanciamento da dívida de Rondônia



O senador Roberto Freire (PPS-PE) relatou e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei do deputado Sérgio Arouca que cria um subsistema de saúde voltado para as comunidades indígenas.

– Tal subsistema vincula-se ao Sistema Único de Saúde, aproveitando os conceitos, seu organograma básico, seus processos técnicos e seus métodos de administração – esclareceu o relator.

Segundo ele, a proposta tem o objetivo de eliminar desperdícios e paralelismos no atendimento aos índios, sem criar organismo ou entidade ou gerar despesas adicionais para o governo federal.

O senador Romero Jucá (PFL-RR), que foi presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), considera o projeto de lei da Câmara importante para as populações indígenas, que carecem de sistema que atue efetivamente. Segundo o senador, falta cobertura médica aos índios, que recebem atendimento de segunda ou terceira categoria, e a Funai



Freire, relator da proposta, diz que subsistema aproveita a estrutura básica do SUS

não tem estrutura para isso.

As dificuldades para operações na região amazônica foram levantadas pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), para ressaltar a importância do projeto. Na época em que foi diretor da Polícia Federal, o senador acompanhou o atendimento médico-odontológico na região, que, segundo ele, encontra-se “em condições terríveis”. A reunião da CCJ foi presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

CCJ aprova pedido de Rondônia para refinar R\$ 146,9 milhões

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) à solicitação do governo de Rondônia para refinar dívida de R\$ 146,9 milhões, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A matéria vai à deliberação do plenário.

Apesar de o ofício do Banco Central (BC) com o pedido de Rondônia ter chegado ao Senado em abril e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) já ter aprovado a rolagem da dívida, a

matéria foi submetida à CCJ por requerimento do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), que teria reparos a fazer em relação à operação.

O relator esclareceu que não encontrou qualquer irregularidade na operação, que estaria de acordo com as regras do Senado (na época em que foi aprovada na CAE, a Resolução 78/98, que define as atuais regras para aprovação de empréstimos, ainda não estava em vigor).

– Serei contra qualquer contrato que não estiver de acordo com as normas, inclusive os do meu estado – disse Jefferson.

O senador José Bianco (PFL-RO)

lembrou que a CAE aprovara na terça-feira outro refinanciamento para Rondônia no valor de R\$ 57 milhões. Ele revelou a situação difícil em que se encontram as finanças do estado, que está há três meses sem pagar aos servidores ou fornecedores e empreiteiros.

Bianco listou ainda o “desastre” da liquidação do Banco do Estado de Rondônia, que deixou uma dívida de R\$ 548 milhões. O senador, eleito governador do estado no mês passado, agradeceu o parecer favorável da CCJ à solicitação, que segue com pedido de urgência para avaliação do plenário do Senado.

Nova lei de combate às drogas está pronta para votação no plenário

Presidida pelo senador Bernardo Cabral, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer contrário do senador Romeu Tuma a duas emendas de plenário à nova lei sobre prevenção, tratamento, fiscalização, controle e repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins. O parecer de Tuma adapta o projeto à medida provisória recentemente editada pelo presidente da República criando a Secretaria Nacional Antidrogas.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) votou a favor das duas emendas, de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS). O substitutivo apresentado por Tuma na CCJ volta a plenário, para ser apreciado junto com os projetos originais – do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e do deputado Elias Murad – e as emendas.

A proposta de Tuma atualiza a legislação de combate às drogas, já que a lei em vigor data de 1976 e não acompanhou a evolução dos debates acerca do assunto nas últimas décadas.



Relator da proposta, Tuma propôs uma atualização da legislação de combate às drogas

No substitutivo, os crimes relacionados às drogas ilícitas estão ordenados segundo sua gravidade, de forma que o tráfico figura como passível das maiores penas, além de ser inafiançável e insuscetível de anistia, graça ou indulto. O dependente pode ser punido apenas com advertência e encaminhado a tratamento médico, apesar de deixar de ser tratado como réu primário perante

a Justiça.

Como medidas educativas, a proposta de Tuma lista a advertência, a prestação de serviços à comunidade, o tratamento e a suspensão temporária da habilitação para dirigir e para portar arma, que coincidem com as estabelecidas no Código Penal.

Uma inovação é a possibilidade de o criminoso que revelar à Justiça os nomes de outros integrantes do grupo a que pertença ter parte de sua pena perdoadada ou até mesmo não sofrer indiciamento. Durante o processo, desde a fase de instauração de inquérito policial, a proposta determina que deverá ser mantido o sigilo, proibindo a divulgação dos valores das drogas apreendidas.

O relator pediu a apreciação imediata da matéria no Senado a fim de que ainda haja tempo para que o projeto volte à Câmara até o fim desta legislatura. Dessa forma, disse Tuma, o deputado Elias Murad, um dos autores do projeto, ainda poderá participar da aprovação da nova legislação antes do final de seu mandato.

Comissão homenageia d. Paulo Evaristo Arns

O cardeal d. Paulo Evaristo Arns, ex-arcebispo de São Paulo, foi homenageado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou, na reunião de ontem, requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) incluindo na ata da comissão voto de louvor ao clérigo pelos serviços prestados à Igreja Católica e ao país. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral, também aceitou proposta de Simon para que a missa de Natal dos congressistas seja celebrada por d. Paulo. Cabral disse que tomará as providências junto à direção do Senado para que a missa possa ser celebrada pelo cardeal. O relator do requerimento para voto de louvor ao cardeal foi o senador Romeu Tuma. Segundo ele, d. Paulo foi um grande defensor dos direitos humanos, que protegeu os bispos acusados pelo regime militar e denunciou as agressões feitas aos religiosos e aos perseguidos políticos.

– Dom Paulo Evaristo Arns influenciou, de maneira decisiva,

mais de uma geração de brasileiros. Sua importância no meio social, cultural, político e religioso do país foi grande e profunda. Com audácia e coragem, características que lhe são inatas, enfrentou o regime militar, lutando pelos presos políticos e combatendo a tortura – disse Tuma. Para Pedro Simon, que fez uma biografia do cardeal, dom Paulo “preservou o país de muitas arbitrariedades, foi o pastor providencial, agente certo, posto no lugar certo”. Simon ressaltou que d. Paulo teve muita importância na vida política do país, pois foi um religioso que lutou pelos direitos humanos e pelos menos favorecidos, além de se destacar na Igreja Católica. D. Evaristo Arns nasceu em Forquilha, Santa Catarina, e celebrou sua última missa, como cardeal-arcebispo, no dia 17 de maio deste ano, na Catedral da Sé em São Paulo, em cerimônia que contou com o comparecimento de mais de cinco mil pessoas.



Na reunião da CCJ, os senadores preferiram aguardar o recebimento da emenda em análise na Câmara

Debate sobre fim da unicidade sindical vai ser ampliado

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decide discutir o assunto com as centrais dos trabalhadores e com o governo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu adiar a apreciação da proposta de emenda constitucional (PEC) do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que acaba com a unicidade sindical, até que seja realizada audiência pública para debater o assunto com o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, e com representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da Força Sindical e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

O pedido para a realização do debate, também de autoria de Dutra, foi aprovado pela comissão na reunião de ontem. Ainda sem data marcada, a audiência pública será realizada conjuntamente pela CCJ e pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A mudança na Constituição, que atualmente exige a unicidade sindical (apenas um sindicato por região para representar cada categoria profissional), provocou polêmica e discussão entre os parlamentares que integram a CCJ. A maioria dos senadores, inclusive o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ponderou que não teria sentido votar a proposta de emenda constitucional de Dutra enquanto a Câmara examina uma proposta do Executivo acabando com a unicidade

e instituindo a pluralidade sindical.

Nesse sentido, falaram os senadores Roberto Freire (PPS-PE), Josaphat Marinho (PFL-BA) e José Fogaça (PMDB-RS). Para Roberto Freire, é preciso aguardar a tramitação da proposta do Executivo na Câmara e só então discutí-la no Senado. Josaphat Marinho também observou que esse deve ser o procedimento regimental, e José Fogaça afirmou que "seria irracional" votar na CCJ a matéria enquanto tramita a mesma proposta do governo na Câmara. "Podemos até debater o assunto, mas iríamos criar uma série de empecilhos de ordem regimental se resolvéssemos votar essa matéria", observou Fogaça.

José Eduardo Dutra preferia discutir logo sua proposta, alegando que o Senado não precisa esperar pela discussão da matéria na Câmara só porque o governo decidiu enviar mensagem acabando com a unicidade sindical. "Vamos evitar que o Senado seja somente carimbo do que vem da Câmara, temos que nos preparar para debater essa matéria", disse.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR), relator da proposta de emenda constitucional de Dutra, deu parecer contrário à matéria. Disse também que

essa matéria está há mais de dois anos na CCJ porque vem sofrendo "embargo de gaveta", o que foi negado por Bernardo Cabral, que alegou não existir tal recurso na comissão.

Já o senador Dutra explicou que a matéria está tramitando há mais de dois anos porque quando era colocada em pauta não podia ser votada, principalmente, por falta de *quorum*. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a proposta de Dutra, pedindo que a matéria fosse logo discutida na comissão.

Bernardo Cabral colocou em votação o requerimento de Freire, Sérgio Machado (PSDB-CE) e Romero Jucá (PFL-RR), adiando a discussão da matéria. Nova reunião da CCJ foi marcada para a próxima quarta-feira, dia 18, às 10 horas.

Também participaram da reunião da CCJ os senadores Jefferson Péres (AM) e Osmar Dias (PR), do PSDB; José Bianco (RO), Leonel Paiva (DF), Djalma Bessa (BA) e Romeu Tuma (SP), do PFL; Esperidião Amin (SC) e Levy Dias (MS), do PPB; Ramez Tebet (MS), Pedro Simon (RS) e Carlos Bezerra (MT), do PMDB; Antonio Carlos Valadares (SE), do PSB, e Arlindo Porto (MG), do PTB.

CCJ acata proposta de punição contra militares desertores

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei que altera o Código Penal Militar no que diz respeito às penalidades em casos de deserção. A matéria foi relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). O projeto ainda será examinado pelo plenário.

O projeto, de iniciativa do Executivo, institui penas de detenção, que va-

riam de três meses a dois anos, para os militares que desertarem de suas funções, deixando de se apresentar no momento da partida de navios ou aeronaves – nos quais deveriam embarcar como tripulantes – ou ainda durante o deslocamento da unidade ou força em que servem. Essas penas poderão ser aumentadas em até um terço se a deserção for feita por sargentos, subtenentes ou suboficial, e serão dobradas se praticadas por oficiais.

A proposta, conforme o parecer, procura suprir algumas falhas do Código Penal Militar. O tipo de deserção de que trata a matéria é considerado especial. As penas de detenção, de acordo com a proposta, são proporcionais ao tempo que o militar levou para comunicar sua ausência à autoridade competente. A maior pena é para os que deixaram de comunicar a ausência nos trabalhos militares num prazo superior a oito dias.

Plenário do Senado deve votar emenda das ações trabalhistas

O plenário do Senado deve votar hoje, em sessão convocada para 10h, proposta de emenda constitucional do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que estabelece prazo de prescrição para as ações trabalhistas rurais.

Atualmente, um trabalhador do campo pode reivindicar direitos trabalhistas sobre todo o período trabalhado, desde que entre na justiça até dois anos depois de deixar o emprego.

Osmar Dias quer limitar a prescrição a cinco anos trabalhados, prazo idêntico ao adotado para empregados urbanos.

A votação da emenda constitucional deveria ter ocorrido ontem, mas não houve sessão do Senado, porque a sessão do Congresso, que discutiu medidas provisórias, durou mais que o previsto.

Ao justificar seu projeto, o senador Osmar Dias argumenta que a atual ausência de prazo prescricional tem levado insegurança ao meio rural, o que, na sua opinião, aumenta a rotatividade da mão-de-obra rural.

Para Osmar Dias, dificilmente hoje os empregados rurais desconhecem seus direitos trabalhistas, por causa da atuação dos seus sindicatos. Acrescenta que também há insegurança por parte dos patrões, que às vezes são obrigados a manter documentos e comprovantes de pagamentos de empregados rurais

por até 20 anos.

Durante a discussão da matéria, o relator do projeto, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concordou com emenda de plenário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a qual estabelece que o prazo de prescrição será de oito anos, podendo a ação ser apresentada até dois anos após o fim do contrato. Dutra sustenta sua emenda

com dados do IBGE, demonstrando que ainda é grande a violação dos direitos trabalhistas no meio rural.

Na mesma sessão de hoje, o plenário do Senado começa a discutir, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que fixa limites para os gastos das câmaras de vereadores de todo o país, incluindo salários de vereadores, de funcionários e de custeio. A

emenda será discutida em três sessões, sendo submetida a seguir a votação. Se aprovada, será remetida à apreciação dos deputados.

Também hoje, o plenário votará pedidos dos governos de Rondônia e do Maranhão para que realizem operações financeiras dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Constou ainda da pauta projetos de decreto legislativo que tratam

da renovação de funcionamento de emissoras de rádio dos estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Bahia.



Osmar: "Falta de prazo leva insegurança ao meio rural"



Emenda de Amin limita gastos das câmaras municipais

Comissão do Mercosul realiza reunião hoje

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul (CPCM), informou que a Mesa Diretora da comissão realiza hoje, em Campo Grande (MS), reunião preparatória para o encontro dos quatro países-membros do Mercosul, que deverá envolver, no mês de dezembro, no Rio de Janeiro, parlamentares brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios.

A reunião preparatória de hoje pretende discutir também a pauta do encontro da comissão parlamentar con-



O senador Lúdio Coelho preside a reunião em Campo Grande

junta com a Delegação para as Relações com os Países da América do Sul e Mercosul, do Parlamento Europeu, que está previsto para o próximo dia 24, em Bruxelas.

O objetivo do encontro será discutir convênios de cooperação técnica entre a União Européia e os países do Mercosul.

Em Campo Grande, os parlamentares irão discutir, ainda, temas sociais relacionados com o Mercosul. A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) está sendo esperada para falar sobre o assunto.

Presidente da Conab fala sobre agricultura

A safra agrícola de 1999 deverá superar em 9,7% o volume de grãos colhidos este ano. A previsão, que depende de condições climáticas favoráveis, foi feita pelo presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Eugênio Stefanelo, em entrevista à TV Senado que vai ao ar hoje, em quatro horários diferentes: às 9h30, 12h30, 18h30 e às 20h30.

De acordo com Stefanelo, o aumento da produção terá reflexos positivos na balança comercial e na redução do preço da cesta básica. O presidente da Conab sugeriu, ainda, medidas para incentivar a utilização do grande potencial agropecuário do país – que, segundo ele, tem a maior área cultivável inexplorada do mundo.

TV Senado debate neologismo

A nova edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* engordou. Mais de seis mil palavras, que foram incorporadas à linguagem corrente do brasileiro nos últimos anos, passaram a engrossar o novo vocabulário, lançado pela Academia Brasileira de Letras. A novidade foi tema de debate promovido pela TV Senado e que irá ao ar hoje, às 13h30 e às 19h30.

Foram convidados para o programa Cassiano Nunes, professor da Universidade de Brasília (UnB) e membro da Academia Brasileira de Letras, e o jornalista e dicionarista Joaquim Campelo Marques.

CAS convidará Serra para explicar cortes na saúde

Ministro será ouvido no próximo dia 25, em audiência pública promovida em conjunto com comissão da Câmara dos Deputados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento apresentado pelo presidente da comissão, senador Ademir Andrade (PSB-PA), convidando o ministro da Saúde, José Serra, e o coordenador do Conselho Nacional de Saúde, Nelson Rodrigues dos Santos, para uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, a ser realizada no próximo dia 25.

A proposta inicial de Ademir Andrade era a de convocar, e não de convidar as autoridades, e de incluir no requerimento os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Paulo Paiva, para explicar os cortes feitos na área da saúde, que chegaram a R\$ 1,7 bilhão no último trimestre deste ano.

A convocação da CAS seria feita para a próxima quarta-feira, às 10 horas. Mas como a Comissão de Seguridade Social já havia convidado Serra e Nelson Rodrigues dos Santos para o dia 25 de novembro, no mesmo horário, esta última data prevaleceu. Ficou definida ainda a forma de convite, e não de convocação, também em função da decisão da comissão da Câmara.

Para que houvesse consenso entre os integrantes da CAS na aprovação do requerimento, Ademir Andrade concordou em convidar apenas o ministro da Saúde e o coordenador do Conselho Nacional de Saúde. Após a apresentação da proposta inicial, vários senadores manifestaram-se sobre o requerimento.

O senador Lúdio Coelho (PSDB-

MS) posicionou-se inicialmente contra a aprovação. Ele justificou que, se houve cortes em projetos e atividades previstas para a área de saúde, foi por extrema necessidade e pela impossibilidade de evitá-los. Já o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a realização da audiência, explicando que a situação da área social atualmente já é crítica e se agravará mais ainda com os cortes anunciados pelo governo federal.

CORTES

Defendendo a aprovação do requerimento, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que, já que existem dúvidas sobre vários cortes anunciados no orçamento da saúde, o correto seria procurar esclarecê-las com o ministro José Serra.

Em sua primeira intervenção, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou ser contrário à realização da audiência pública. Ele sugeriu que o debate fosse convocado diretamente pela Comissão Mista de Orçamento. A proposta recebeu a adesão do senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Os dois terminaram concordando, porém, com a proposta do senador Ademir Andrade.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) ponderou que a reunião com o ministro não traria resultados objetivos, e preferiu apoiar a ideia de Nabor Júnior. O senador Osmar Dias (PSDB-PR) comentou que os cortes no setor de saúde foram os menores do ajuste fiscal, de 6,6%. Ele lembrou que, em outras áreas, o enxugamento médio foi de 40%.

Na opinião da senadora Benedita



Inicialmente, Ademir Andrade também pretendia convidar Paiva e Malan

da Silva (PT-RJ), independentemente de qualquer outra questão, a CAS deve sempre promover o debate de matérias que dizem respeito ao interesse social, e a saúde interessa à população. Já o senador Arlindo Porto (PTB-MG) defendeu a convocação de José Serra. Ele disse que as explicações sobre a saúde devem ser dadas pelo ministro da pasta.

Para a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), a CAS estaria se omitindo se não aprovasse o requerimento convidando o ministro José Serra a dar explicações sobre a saúde, principalmente sobre o corte de R\$ 1,7 bilhão no orçamento dos últimos três meses deste ano.

Já o vice-presidente da comissão, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), defendeu a audiência, justificando que Serra poderá mostrar à sociedade como ficará o ministério atualmente sob a sua responsabilidade após a efetivação dos cortes.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - Saúde Todo Dia - Atividade: Judô.
7h30 - Especial Unip - Assunto: Futuro da pesquisa no Brasil - 4ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h00 - Saúde Todo Dia - Atividade: *body pump*
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil. Em destaque, São Luís do Maranhão
9h30 - Entrevista - O presidente da Conab, Eugênio Stefanelo, fala sobre a safra agrícola 98/99
10h - Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
12h - Cores do Brasil - Ouro Preto
12h30 - Entrevista - O presidente da Conab, Eugênio Stefanelo, fala sobre a safra agrícola 98/99
13h - Cores do Brasil - Pernambuco
13h30 - Debate - O professor Cassiano Nunes, membro da Academia Brasileira de Letras, e o jornalista e dicionarista Joaquim Campelo debatem as mudanças no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
18h30 - Entrevista - O presidente da Conab, Eugênio Stefanelo, fala sobre a safra agrícola 98/99
19h - Cores do Brasil - Reserva Biológica
19h30 - Debate - O professor Cassiano Nunes, membro da Academia Brasileira de Letras, e o jornalista e

dicionarista Joaquim Campelo debatem as mudanças no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa
20h30 - Entrevista - O presidente da Conab, Eugênio Stefanelo, fala sobre a safra agrícola 98/99
21h - Jornal do Senado
21h15 - Especial - República/4ª parte - Com direção de Walter Avancini e produção geral de Paulo César Ferreira
22h - Sessão plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Reprise sessão plenária
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Aprovado prazo mínimo para oferta de peças

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do relator, senador Leomar Quintanilha, ao projeto de autoria do senador João França (PPB-RR), determinando que todos os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de seus produtos por um período mínimo de cinco anos após cessada sua produção ou importação. A matéria deverá retornar à pauta da comissão para apreciação em turno suplementar.

O projeto original do senador João França tinha o objetivo de definir um prazo mínimo de dez anos para fabricação e manutenção de estoques de peças e componentes de modelos automotores de passeio cuja produção tenha sido suspensa. Também estipulava um prazo mínimo de cinco anos para que as montadoras de veículos instaladas no Brasil mantivessem a comercialização de



Pela proposta de Quintanilha, o fornecimento de peças tem garantia mínima de cinco anos

qualquer modelo fabricado. A maioria dos integrantes da CAS votou a favor do substitutivo e contra um voto em separado do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que defendia a aprovação do projeto original.

O substitutivo de Quintanilha acabou

com a obrigação de um prazo mínimo para produção de veículos e reduziu de dez para cinco anos a fabricação de peças e componentes de reposição. Também tornou mais abrangente a proposta, que antes restringia-se ao setor automobilístico e passou a incluir os bens de consumo produzidos em todos os setores da economia.

Estiveram presentes ontem na reunião da CAS os senadores Leonel Paiva (DF), Djalma Bessa (BA) e Romeu Tuma (SP), do PFL; Carlos Bezerra (MT), Gilvam Borges (AP), Casildo Maldaner (SC) e Nabor Júnior (AC), do PMDB; Osmar Dias (PR), Lúdio Coelho (MS) e Jefferson Pêres (AM), do PSDB; Emília Fernandes (RS) e Sebastião Rocha (AP), do PDT; além de Leomar Quintanilha (PPB-TO), Arlindo Porto (PTB-MG), Benedita da Silva (PT-RJ) e do presidente da comissão, Ademir Andrade (PSB-PA).

Financiamento público de campanha tem aprovação

A proposta fará parte do relatório final da comissão especial da reforma política, que será entregue na próxima semana à Mesa do Senado para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O financiamento público de campanhas eleitorais foi aprovado ontem, por unanimidade, na última reunião da comissão que estuda a reforma político-partidária. O projeto fará parte do relatório final da comissão que, segundo o relator, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), será entregue à Mesa do Senado na próxima semana.

– É o financiamento público que pode dar transparência e igualdade de condições nas disputas eleitorais. Esse tema está sendo debatido em todas as grandes democracias do mundo – afir-

propor emendas para aperfeiçoá-lo quando a proposta chegar para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Tendo em vista os “falsos argumentos que devem surgir” contra a proposta, Dutra cobrou dos membros da comissão o compromisso de transmitir à opinião pública, de maneira clara e didática, que o financiamento público de campanhas é um instrumento fundamental para a democracia.

Apesar de não ter opinião definitiva so-

calização e punição, para coibir os abusos econômicos praticados na grande maioria dos estados do país – disse Ronaldo.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), que presidiu a reunião da comissão, prevê debates incisivos acerca do tema, por tratar-se de um dos capítulos mais vergonhosos da política nacional. Para ele, a falta de fiscalização do abuso do poder econômico faz com que haja deputados e senadores que “pagam” por seus mandatos.

– Sou a favor da proposta por estar baseada num princípio basilar, que é o da igualdade – frisou Francelino.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu a elaboração de uma tabela com a simulação dos valores arrecadados, de acordo com a proposta.

– Dessa forma, poderemos saber quanto teria cada diretório e discutir a viabilidade da proposta – explicou Valadares.

O relator esclareceu que, segundo a lei atual, as sobras de recursos não devem existir e que, com o financiamento público, essa prática tende a sumir por completo.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) considera a proposta uma “saída extraordinária” para moralizar as campanhas eleitorais e fortalecer os partidos políticos.

– A matéria – comentou o senador José Fogaça (PMDB-RS) – vai trazer maior limpidez, moralidade e transparência às campanhas. O senador sugeriu, porém, que a legislação inclua punições a pessoas ou empresas que invistam em campanhas, paralelamente ao financiamento público.



Senadores de todos os partidos presentes na comissão elogiaram a criação do financiamento público

mou Machado.

O relator ressaltou a possibilidade de fiscalização que o financiamento público permite. Ele lembrou ainda que o dinheiro obtido em campanhas eleitorais sem controle levou até mesmo ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) apoiou a aprovação do projeto sem modificações, mas anunciou que irá

bre a possibilidade de aplicação imediata do custeio público das campanhas eleitorais, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) revelou sua “profunda simpatia” em relação à proposta. Ele acredita que deverão ser tomados cuidados especiais para acompanhar a distribuição e aplicação dos recursos.

– Devemos modificar radicalmente a legislação eleitoral de forma a dar aos tribunais eleitorais a possibilidade efetiva de fis-

Voto distrital e fidelidade são prioridades

O relator da comissão que estuda a reforma político-partidária, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), considera a fidelidade partidária, o voto distrital misto, a cláusula de barreira e o financiamento público das campanhas eleitorais os principais pontos de seu relatório, que deve ser concluído até a próxima semana.

Machado prioriza esses trechos do seu relatório por considerá-los mais importantes para o fortalecimento dos partidos políticos. Por exemplo, pela cláusula de barreira, o partido que não obtiver 5% dos votos na eleição anterior perde o registro. O relator prevê que dos 49 partidos existentes hoje (30 disputaram as últimas eleições), com as regras

propostas, apenas sete e nove continuarão a existir.

Todas as alterações sugeridas no relatório final da comissão têm, segundo Machado, condições de entrar em vigor já nas eleições municipais previstas para o ano 2000. A introdução do voto distrital misto e a adoção da fidelidade partidária devem ser aprovadas por meio de proposta de emenda à Constituição. Já a cláusula de barreira e o financiamento pú-



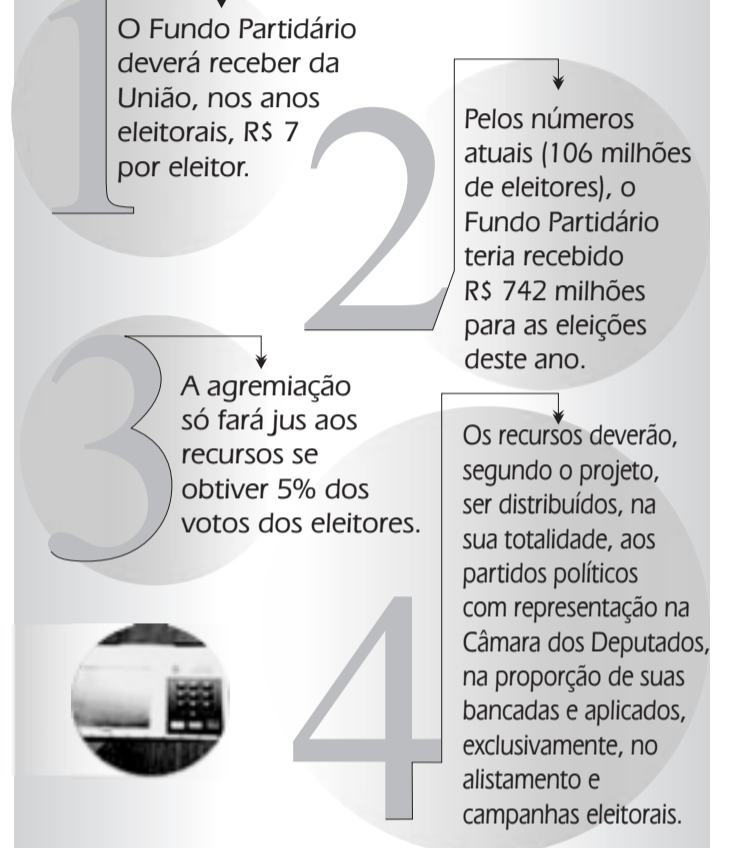
Machado: consciência nacional em favor das mudanças

blico das campanhas são objeto de projeto de lei.

Para Machado, a aprovação das medidas não encontrará resistências, pois o relatório chegou na hora certa. Na mesma linha, o senador Francelino Pereira, que presidiu a última reunião da comissão, acredita que o final dos debates acontece no momento em que governo, partidos e sociedade discutem a matéria “de maneira objetiva”. Segundo Francelino, a reforma política é tão importante quanto a reforma econômica.

– Existe hoje uma consciência nacional da importância dessas mudanças, revelada nas últimas eleições. A reforma político-partidária é a “mãe de todas as reformas” – disse Sérgio Machado.

UNIÃO FINANCIAR CAMPANHAS POLÍTICAS



Fundo partidário deverá receber da União R\$ 7 por eleitor

O projeto de lei aprovado ontem na comissão que estuda a reforma político-partidária estabelece que o Fundo Partidário, criado pela Lei dos Partidos Políticos de 1995, deverá receber da União, nos anos eleitorais, R\$ 7 por eleitor alistado pela Justiça Eleitoral até o final do ano anterior.

Esses recursos deverão, segundo o projeto da comissão, ser distribuídos, na sua totalidade, aos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, na proporção de suas bancadas e aplicados, exclusivamente, no alistamento e campanhas eleitorais.

Para receber o dinheiro, os partidos também terão que passar pela cláusula de barreira (ou desempenho) nas eleições anteriores. Essa cláusula faz parte da reforma partidária proposta pela comissão e determina que a agremiação só fará jus aos recursos se obtiver 5% dos votos dos eleitores.

Os critérios de distribuição dos recursos também são definidos de maneira que não haja controle absoluto dos partidos. Segundo o relator da comissão, senador Sérgio Machado, o Tribunal

Superior Eleitoral (TSE) deverá repassar aos diretórios municipais, estaduais e nacional parcelas do Fundo Partidário de acordo com critérios populacionais e de acordo com o esforço de cada diretório.

Pelos números atuais do TSE, que contabiliza 106 milhões de pessoas habilitadas a votar, o Fundo Partidário receberia R\$ 742 milhões caso a proposta tivesse sido aplicada nas eleições deste ano.

Para o relator, a proposta é essencial à democracia, pois dá transparência e “fecha as portas para a corrupção” nas campanhas eleitorais. Diante desse argumento, mesmo em época de cortes no Orçamento, Machado acredita que a equipe econômica não irá se opor ao projeto da comissão.

– Somente assim o homem de bem vai poder se candidatar sem depender dos favores do poder econômico – analisa Machado.

Também participaram da reunião os senadores Romero Jucá (PFL-RR) e Leomar Quintanilha (PPB-TO).

Humberto Lucena é homenageado

Antes de darem início à reunião, os senadores membros da comissão que estuda a reforma político-partidária homenagearam o senador Humberto Lucena, falecido em abril passado. Lucena foi o último presidente da comissão.

– O exemplo de Humberto Lucena deve ser multiplicado agora e sempre – afirmou o senador Francelino Pereira, que presidiu a última reunião e falou em nome da comissão.

O senador José Fogaça expressou sua admiração, iniciada em vida, por

Lucena.

– Foi uma figura política e pessoa humana extraordinária, que nunca usou os poderes que tinha em benefício próprio – afirmou.

Conterrâneo e correligionário de Lucena, o senador Ronaldo Cunha Lima se disse no dever de agradecer à homenagem em nome do povo da Paraíba.

– Fui testemunha da vida de um homem probo. Falo também em nome da própria família de Lucena – decla-

rou Ronaldo.

O relator da comissão, senador Sérgio Machado revelou que Humberto Lucena foi um grande entusiasta da comissão, por entender que a reforma político-partidária é a mais importante a ser feita no país.



Lucena foi apontado como exemplo